

O tratamento didático-icônico dado à preposição no *Compendio da Grammatica Portugueza accommodado ao uso das Escolas (1861)* por Vergueiro e Pertence

Jorge Viana de Moraes¹

Resumo: Uma obra pode alcançar notoriedade quer pelas críticas positivas quer pelas críticas negativas que ela recebeu ao longo de sua história. Aliás, essas duas formas de recepção crítica fazem parte dos *modos de historicização* (Auroux, 2006) do *Compendio de Grammatica Portugueza* (1861), de Vergueiro e Pertence, haja vista a maneira pela qual Machado de Assis, por um lado, e Julio Ribeiro, por outro, adotaram posições diferentes em tempos diferentes com relação ao modo de entender e recepcionar esse compendio de gramática, que, para além das posições de ambos os críticos, se mostra hoje uma gramática escolar com ideias didáticas bastante avançadas não só para a época de sua publicação como também para a nossa própria época, principalmente, no que diz respeito à explicação dada pelos autores do compêndio à preposição, muito fundamentada em Soares Barbosa (1822), e na qual os autores aplicam uma abordagem didática a que estou denominando *icônica* porque eles trazem imagens ilustrativas espaciais para explicar e exemplificar aos alunos a aplicação e o uso das preposições. Pretendo proceder neste trabalho a uma reflexão sobre essas questões e sobre as contribuições que esta gramática pode oferecer não só para os *modos de historicização* quanto para a aplicabilidade do conceito de *horizonte de prospecção*, ainda hoje em debate. A pesquisa foi desenvolvida com base nos princípios teóricos da História das Ideias Linguísticas (Auroux 1992, 2006, 2008; Colombat; Fournier; Puech 2017), especialmente, com base nessas duas categorias referidas.

Palavras-chave: preposição; didática; tratamento funcional e cognitivo; grammatica; modos de historicização; Vergueiro e Pertence.

The iconic-didactic treatment given to the preposition in the *Compendium of Portuguese Grammar adapted to the use of schools (1861)* by Vergueiro e Pertence

Abstract: A work can achieve notoriety either for the positive reviews or for the negative reviews it has received throughout history. In fact, these two forms of critical reception are part of the historicization modes (Auroux, 2006) of the *Compendium of Grammatica Portugueza* (1861), by Vergueiro and Pertence, given the way in which Machado de Assis, on the one hand, and Julio Ribeiro, on the other hand, adopted different positions at different times regarding the way of understanding and receiving this grammar compendium, which, in addition to the positions of both critics, today shows itself to be a school grammar with quite advanced didactic ideas not only for the time of its publication but also for our own time, mainly with regard to the explanation given by the authors of the compendium to the preposition, very much based on Soares Barbosa (1822), and in which the authors apply a didactic approach that I am calling *iconic* because they bring illustrative spatial images to explain and exemplify the application and use of prepositions to students. I intend to proceed here with a reflection on these questions and on the contributions that this grammar can offer not only to the modes of historicization

¹ Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor Doutor na Universidade de São Paulo (USP). Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-9096-7079>. E-mail: jorgevianamoraes@gmail.com

but also to the applicability of the concept of horizon of prospection, still under debate today. The research was developed based on the theoretical principles of the History of Linguistic Ideas (Auroux 1992, 2006, 2008; Colombat; Fournier; Puech 2017), especially based on these two aforementioned categories.

Keywords: preposition; didactics; language teaching; functional and cognitive approach; grammar; Vergueiro and Pertence.

Introdução

O *Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza Accomodado ao uso das Escolas* por Vergueiro e Pertence² é uma gramática cujo horizonte de prospecção mais imediato alcançou duas avaliações notórias: uma positiva, de Machados de Assis, publicada originalmente como resenha no Diário do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1862, um ano após sua publicação; outra, negativa, de Júlio Ribeiro, especificamente, sobre observações do gramático paulista acerca do verbo *haver* tido por ele como impessoal: “em sentenças como ‘Ha homens — Ha frucfas — Ha leis’, conservando-se transitivo”, de modo que “não póde ter sujeito claro”, ao passo que para Vergueiro e Pertence, fundamentados na doutrina de Contador Argote, consideravam algumas exceções. Diziam os autores: “o verbo haver empregado no sentido de existir usa-se nas terceiras pessoas do singular ainda que o sujeito seja da terceira pessoa do plural” (Vergueiro e Pertence, 1861, p. 85). Essa doutrina era rechaçada por Júlio Ribeiro, que, além dela, também não concordava com os mesmos gramáticos acerca da variação da grafia *au* : *ao*, principalmente no contexto de fala brasileiro, demonstrando, por meio de sua crítica, que o português dos brasileiros era diferente do português de Portugal.

Para além de apresentar esse horizonte de prospecção, ou essas duas receptividades críticas mais imediatas relativas à gramática de Vergueiro e Pertence, este artigo tem por finalidade apresentar aspectos interessantes do ponto de didático-pedagógico que os dois gramáticos realizaram na abordagem da *preposição*, demonstrando, assim, que uma mesma obra pode estar vinculada há diferentes modos de historicização (Auroux, 2006), sendo ela mesma um exemplo da prospecção do tratamento dado à preposição, cuja representatividade daquilo que estamos denominando tratamento didático icônico da preposição, que, no caso dos

² Alfredo Vergueiro e Francisco Praxedes de Andrade Pertence. Uma tentativa da biografia dos autores será feita em um pouco mais adiante.

gramáticos, terá por referência silenciada a obra de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), conforme se mostrará, só será alcançada em trabalhos linguísticos do final do século XX e início do XXI em teorias linguísticas de cunho funcionalista e cognitivista. Para tanto, nosso trabalho ancora-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História das Ideias Linguísticas, segunda as prerrogativas de Auroux (1992, 2006, 2008) e Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010]).

O trabalho está organizado em **duas partes**, da seguinte maneira: **na primeira parte**, apresentamos os *Aspectos gerais da estrutura do Compendio da Grammatica Portugueza*, em que apresentamos uma breve biografia dos autores; a estrutura e a organização propriamente dita do compendio e seu contexto de publicação, como a acalorada recepção da obra ocorrida pela imprensa carioca da época, na figura de alguns articulistas e na de membros de conselheiros da Instrução Pública; bem como abordamos *O horizonte de prospecção do Compendio da Grammatica Portugueza de Vergueiro e Pertence*, mas antes discutimos algumas questões relativas ao próprio conceito de *horizonte de prospecção*, ainda em discussão entre os especialistas. Após a referida discussão, passamos a contextualizar a recepção do compendio em dois momentos distintos: o 1º por Machado de Assis e o 2º por Julio Ribeiro. Nossa intenção é demonstrar que receptibilidades diferentes fazem parte do chamado *modos de historicização* pelos quais toda obra passa. Ponto discutido na seção subsequente.

Na **segunda parte do artigo**, passamos a demonstrar, a partir de um novo modo de historicização, este dialogando e já ligado à nossa temporalidade atual, a maneira avançada como os autores do *Compendio da Grammatica Portugueza*, os senhores Vergueiro e Pertence, abordaram didaticamente a preposição, demonstrando uma notável sensibilidade pedagógica com relação à noção espacial dos empregos dessa classe gramatical, ilustrada por eles não apenas por meio de exemplos mas também por formas icônicas, isto é, por figuras que deram um aspecto mais funcional e um tom mais perceptivo – *cognitivo*, diríamos hoje – à obra. É o que estamos denominando de abordagem *didático-icônico* dado à preposição na gramática. Nisso, contamos com a exploração de aspectos da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, na forma como este deu ao tratamento da preposição.

Nossa hipótese é que a *Grammatica* de Soares Barbosa faz parte do *horizonte de restrospeção*, silenciado, mas por nós recuperado, do *Compendio* de Vergueiro e Pertence no tratamento da preposição. Concluímos com algumas considerações finais.

Primeira parte

Aspectos gerais da estrutura do *Compendio da Grammatica Portugueza* e seu contexto de publicação

Os autores

Há uma certa dificuldade de identificação da autoria desta gramática devido ao fato de a referência aos nomes dos seus autores ser bastante lacônica: apenas como “Vergueiro e Pertence”. Além disso, todos os que se referiram aos autores, seja na época de sua publicação, seja no tempo presente, não forneceram maiores detalhes sobre eles. Inicialmente, pensou-se que a autoria dessa gramática, quer por ter sido publicada em Lisboa, quer por ter sido publicada pela Imprensa Nacional de Portugal, devesse-se a gramáticos portugueses. Entretanto, após alguns levantamentos, verificou-se que os autores de *O Compendio da Grammatica Portugueza* são os brasileiros Alfredo Vergueiro e Francisco Praxedes de Andrade Pertence. Sobre o primeiro, muito pouco se sabe. Alguns entendem que ele tenha sido um sacerdote católico, um padre. Ignoram-se até o momento os lugares e os anos de seu nascimento e morte, bem como qualquer outra nota a respeito de sua biografia ou de sua produção bibliográfica além desta gramática. Quanto ao segundo autor, seguramente sabe-se que se trata de um dos mais importantes médicos do tempo do Império: Francisco Praxedes de Andrade Pertence. Diferentemente do primeiro, as informações acerca deste último são abundantes.

De acordo com Sacramento Blake (1895, vol. III, p. 95), Francisco Praxedes de Andrade Pertence era natural do Rio de Janeiro, “nasceu a 21 de julho de 1823 e falleceu a 3 de agosto de 1886”:

sendo doutor em medicina pela faculdade desta cidade [do Rio de Janeiro], professor jubilado da cadeira de anatomia topographica da mesma faculdade; professor honorário da secção de sciencias accessorias da academia de bellas-artes; medico honorário da imperial câmara, commendador da ordem do Christo e official da ordem da Rosa. Graduado em medicina em 1845, foi a Europa aperfeiçoar seus estudos, e em sua volta apresentou-se á um logar de lente substituto da secção cirúrgica em março de 1851, retirando-se do concurso por uma contrariedade que encontrou n'uma petição que dirigiu à congregação; mas apresentou-se em novembro do mesmo anno á um concurso igual com o dr. F. Bonifácio de Abreu, que foi o candidato preferido na votação. Em 1854, creando-se a cadeira de anatomia geral e pathologica, foi para ella nomeado pelo governo imperial, sendo dez annos depois transferido para a outra, em que jubilou-se. Serviu muitos annos como cirurgião do hospital da Misericórdia; foi ao Rio Grande do Sul, a convite do Imperador, sem interesse algum pecuniário, assistir ao general Osório, depois Marquez

do Herval, por ocasião de ser este ferido de uma bala na campanha do Paraguai [...] (Sacramento Blake, 1895, vol. III, p. 95).

De acordo com fontes disponíveis, Francisco Praxedes de Andrade Pertence foi um médico e escritor inovador, responsável por reformas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado. Além deste *Compendio de Grammatica*, que publicou em parceria com o referido Padre Alfredo Vergueiro, publicou em 1845 uma dissertação, *De gastro-hysterotomia*³, inteiramente em latim, demonstrando notável erudição. No mesmo campo da medicina, publicou em 1852 *Das luxações da coxa anatomicamente estudadas*. E em 1860 publicou *Memória Histórica dos Principais Acontecimentos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, demonstrando seu interesse pela história da instituição. Além de sua atividade acadêmica, teve participação direta em momentos marcantes da medicina brasileira, como na já referida assistência ao General Osório durante a Guerra do Paraguai, e também na cirurgia da perna do poeta Castro Alves, ao lado de outro médico chamado Andrade (Filho, 1977). Era conhecido por sua elegância e generosidade, auxiliando necessitados. De acordo com algumas referências, sua residência no Catete ainda existe e seu nome batiza uma rua no bairro (Rua Andrade Pertence). Engajado na melhoria das condições da saúde pública e do ensino da medicina, denunciou as precariedades dos hospitais e do ensino médico, defendendo melhores condições e infraestrutura (Edler e Fonseca, 2005). Atuante em debates científicos, participou das Conferências Populares da Glória, ao lado de renomados médicos e cientistas (Fonseca, 1996). Também marcou presença na história econômica do país, sendo um dos primeiros a receber a concessão para exploração do Porto de Santos, em parceria com o Conde Estrela (cf. Decreto nº 4.584, de 31 de agosto de 1870). Todavia, esta atividade não foi bem-sucedida, uma vez que o governo estabeleceu um prazo para a formação da Cia. e para o início efetivo dos trabalhos, o que de fato não ocorreu, pois, de acordo com Araújo Filho (1969), “[...] não conseguiram, porém, os contratantes a formação da Companhia, apesar da prorrogação da concessão até 1873 (Araújo Filho, 1969, p. 70).

Passemos, a seguir, à estrutura e organização da obra.

³ Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/798/1/359491.pdf>

Estrutura e organização

Publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional no ano de 1861, *O Compendio da Grammatica Portugueza accommodado ao uso das escolas por Vergueiro e Pertence* é uma obra de 163 páginas, dividida em quatro partes: Etimologia [morfologia], Sintaxe, Ortografia e Prosódia, seguindo, assim, o chamado modelo racionalista, também adotado por outras obras congêneres de seu tempo.

Em sua definição de gramática, encontra-se ainda o conceito de gramática como a arte que prescreve regras para formar corretamente frases, o que não se afasta do conceito de outras gramáticas portuguesas tradicionais. Assim, os autores entendem que “Grammatica portugueza é a arte de falar e escrever correctamente o portuguez” (p. 1). No entanto, na definição de palavras, os autores afirmam que “Palavras são sons articulados com que exprimimos nossos sentimentos”. É notável que eles tenham preferido “sentimentos” a “pensamentos”, o que seria, em relação a este último termo, mais esperado em obras de cariz racionalista ou de influência filosófica do que aquele primeiro.

Essa definição pode ser considerada sensualista, uma vez que a escola de pensamento sensualista, ou empirista – cujos principais autores são John Locke, Étienne Bonnot de Condillac e François Quesnay –, enfatiza a importância da experiência sensorial e valoriza o papel dos sentidos na formação do conhecimento e na comunicação. Ao definirem palavras como “sons articulados com que exprimimos nossos sentimentos”, a definição destaca a relação direta entre a experiência sensorial (neste caso, o som) e a expressão dos sentimentos humanos. Para os sensualistas, a linguagem é um fenômeno que emerge das experiências sensoriais e da interação direta com o mundo. Essa ideia, ou premissa, também estará presente, como se verá mais adiante, quando analisarmos a maneira como os autores definem e exemplificam o uso das preposições. Embora, é claro, não se deva aprofundar muito neste aspecto, pois acreditamos que se afasta de nosso escopo.

Para Vergueiro e Pertence, diferentemente daquela divisão em oito partes, preferida pelo mundo clássico, as classes de palavras são dez: “substantivo, artigo, adjectivo, pronome, verbo, participio, preposição, adverbio, conjuncção e interjeição”. Diversamente da proposta clássica,

os autores desdobram o nome em mais duas classes, o substantivo e o artigo.⁴ Os autores também as subdividem em variáveis e invariáveis, assim as definindo: “Palavras variáveis são aquelas, cuja terminação muda; taes são: o substantivo, o artigo, o adjectivo, o pronome, o verbo e o participio”. Já, por sua vez, “Palavras invariáveis, são aquellas, cuja terminação não muda; taes são: a preposição, o adverbio, a conjuncção e a interjeição” (Vergueiro e Pertence, 1861, p. 2). Essa subdivisão em variáveis e invariáveis na definição das palavras é uma abordagem que, indiretamente, remete à obra de *Prisciano*, um dos gramáticos latinos mais influentes. Como é sabido, Prisciano, em sua obra *Institutiones Grammaticae*, é conhecido por detalhar a gramática latina, onde ele discutia a classificação das palavras, incluindo a distinção entre palavras variáveis e invariáveis. Em *Institutiones Grammaticae*, Prisciano descreve as categorias de palavras e suas respectivas flexões, enfatiza a importância da morfologia das palavras e como elas podem mudar de forma para expressar diferentes funções gramaticais, como gênero, número, caso, tempo e modo, que são características das palavras variáveis. As palavras invariáveis, por outro lado, mantêm a mesma forma independentemente de sua função na frase.

As outras classificações e definições, tais como a do verbo, em que, para os autores, “verbo é a palavra que exprime a existencia do attributo no sujeito, designando o modo, o tempo, o numero e as pessoas ou cousas personificadas” (Vergueiro e Pertence, 1861, p. 13), seguem, de forma bastante próxima, as gramáticas chamadas filosóficas ou racionalistas, mesmo as portuguesas como a de Jerônimo Soares Barbosa (publicada postumamente, em 1822), que se insere na tradição universal e filosófica de Port-Royal, tanto da gramática quanto da lógica

Justamente pelo que se expõe acima, não se pode assumir que as divergências entre os tipos de gramáticas sejam absolutas. Assumimos a hipótese de que embora as gramáticas sigam

⁴ Dizemos clássica, mas há verdadeira flutuação quanto ao número de classes de palavras e quais são elas, de acordo com os autores de diferentes épocas. Pouco a pouco, as partes da oração foram se constituindo em classes; e das oito partes de Dionísio e Apolônio Díscolo, passa-se por Prisciano que exclui o artigo, já que o latim não o possuía, e inclui a interjeição, chega-se, assim, às classes da gramática normativa atual. Recordemos o excerto da “primeira gramática”: “São oito as partes da oração: nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção” (Dionísio). O nome, com os *Modistae*, foi dividido ou compreendido como substantivo e adjectivo; o participio retornou ao verbo. E a interjeição, colocada pelos romanos no lugar do artigo, para o alcance da frase perfeita de oito partes, passou, da mesma forma, para a língua portuguesa. Não é sem razão que José Ortiz, autor de uma gramática coetânea da aqui analisada, o *Novo Systema de Estudiar Grammatica Portugueza*, publicado em 1962, em Vitória, no Espírito Santo, dirá que “dos grammaticos uns dizem que as partes da oração são três, a saber: nome, verbo e partícula; outros, que são 9, a saber: artigo, nome, pronome, verbo, participio, adverbio, preposição, conjunção e interjeição. Mas como todos eles na analyse ou regência acabão por admitir as 10 partes que indiquei, na 1ª parte, entendo que o melhor e mais natural é começar logo por onde mais tarde se deve acabar” (Ortiz, 1862, p. 47). Para esse gramático, “Todas as palavras da lingua portugueza se reduzem a dez especies, que se chamão partes da oração, a saber: Artigo, Substantivo ou Nome, Adjectivo, Pronome, Verbo, Participio, Adverbio, Preposição, Conjunção, e Interjeição” (Ortiz, 1862, p. 13). Aqui os autores de ambas as gramáticas, tanto Vergueiro e Pertence quanto Ortiz, se assemelham.

uma linha teórica ou doutrinária mestra em suas linhas gerais – latina, filosófica/geral/racionalista, científica, histórica, comparativa, estruturalista, etc. –, há aspectos que ou não são herdados ou são inovações com relação à doutrina de base adotada pelo(s) gramático(s). Isso acontece porque, de acordo com Leite e Campos (2019):

As ideias perpassam o tempo e não se prendem a cronologias, nem a terminologias nem a teorias. Elas, porém, habitam e marcam teorias, seja porque surgem por meio de terminologias novas criadas a cada tempo, para envelopar ideias apenas “renovadas”, ou levemente modificadas, seja porque possibilitam o surgimento de ideias novas que, por sua vez, estruturam novas teorias, sendo que essas, inescapavelmente, abrigarão em seu bojo saberes linguísticos construídos na longa duração do tempo. Isso é apreensível, por exemplo, pelo apelo que os trabalhos linguísticos têm de fazer ou à terminologia tradicional (nome, substantivo, verbo, conjunção etc.), ou, de algum modo, a aspectos de seus conceitos. Algo parecido ocorre até quando uma terminologia é desprezada e os conceitos modificados, mas terminam aparecendo sob outros rótulos (como por exemplo, sintagma nominal e núcleo, que substituem nome ou substantivo), situação que não evita que o uso de alguns (ou os) fundamentos do que estruturou a ciência gramatical, os quais insistem em permanecer (Leite e Campos, 2019, p. 2-3).

Sendo assim, ainda de acordo com as autoras (op. cit.), o conhecimento linguístico e gramatical está em constante evolução, e os conceitos vão se integrando a novos sistemas científicos. Apesar disso, a base desse conhecimento permanece firme e desempenha um papel fundamental na estruturação de novos saberes, funcionando como uma espécie de “pano de fundo” sobre o qual se acomodam novos conhecimentos. Em outra metáfora utilizada pelas autoras, esses conhecimentos atuam como uma “espinha dorsal”, fornecendo suporte às inovações. Com o *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Vergueiro e Pertence, não é diferente, conforme veremos.

Contexto de publicação

Para Chervel (1988), a organização interna das disciplinas é o produto da história: a transposição didática seria uma reformulação de um objeto científico disciplinar, sob o peso das influências cruzadas de professores, inspetores, programas, portarias, decretos, ordens, instruções, circulares etc.: “*On estime couramment, en effet, que les contenus de l'enseignement sont imposés tels quels à l'école par la société qui l'entoure et par la culture dans laquelle elle baigne*” (1988, p. 65). O estudo dos propósitos de um trabalho como este obviamente começa com a exploração desse *corpus*. Este caminho, pois, passa pela investigação de programas e

manuais sob esta perspectiva: a transposição didática – isto é, a relação estabelecida com os saberes de referência – em um momento histórico determinado e uma sociedade concreta. Conforme veremos, esse estado de coisas não será diferente com relação ao contexto de publicação do *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Vergueiro e Pertence.

O *Compendio*, como seu próprio subtítulo sugere, era convenientemente disposto para o uso das escolas; portanto, uma gramática escolar, embora não apresente, como as do mesmo gênero de nosso tempo e algumas daquela época – como o *Compendio de grammatica da lingua portugueza* (1855) e a *Grammatica portugueza da primeira idade* (1872), ambas de Cirilo Dilermando da Silveira –, exercícios para a fixação das regras para os alunos. Segundo Chervel (2024 [1977])⁵, a preocupação com a ortografia levou, ao fim do século XVIII, à criação das gramáticas escolares. Isso, no caso da França, cuja primeira gramática foi a de Charles Lhomond, *Elémens de grammaire fraiçoise*, de 1780, adotada nas escolas francesas por mais de um século. No caso das gramáticas portuguesas, pode-se dizer, conforme afirma Carvalhão Buesco (1984), que a gramática de João de Barros já “mostra[va] uma disposição ‘pedagógica’ das matérias”. De modo que

Contrariamente ao que sucede com a *Cartinha* [também de João de Barros], profusamente ilustrada, a Gramática não apresenta gravuras, mas, por outro lado, mostra uma disposição “pedagógica” das matérias. Assim, as declinações do artigo, do nome, do pronome, bem como as conjugações verbais, são dispostas tendo em vista uma fácil aprendizagem e fixação (Buesco, 1984, p. 49).

Entretanto, conforme observa Carvalho (2011), embora tal preocupação pedagógica já estivesse entrevista nas primeiras obras gramaticais do português, como a *Gramática* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*⁶, de João de Barros, desde 1540, isto de fato não ocorreu até mesmo depois da Reforma Pombalina, de 1770. Tanto assim o é que

Verney, logo na primeira *Carta* do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, aconselhava a difusão da instrução primária, na base de um currículo de que

⁵ André Chervel, que parte de uma avaliação extremamente crítica e negativa da gramática escolar francesa, a qual denomina não mais como uma teoria da linguagem, mas como uma espécie de teoria bizantina da ortografia voltada para a alfabetização em massa e, especialmente, para o aprendizado da língua escrita, se esforça particularmente em mostrar nesta obra « *que la grammaire scolaire n'a jamais eu d'autre raison d'être que de servir d'auxiliaire pédagogique à l'enseignement de l'orthographe* » (Chervel, 2024 [1977], p. 24).

⁶ Conforme afirma Carvalho, basta lembrarmos aquela pergunta formulada pelo filho (real ou fictício, tanto faz) de João de Barros que, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, pergunta, intrigado: “Nam se poderia insinar esta gramática portuguesa aos meninos, na escola de ler e escrever, pois é tam leve de tomar, e daí iriam já gramáticos pera a latina? [...] cá se nam soubera da gramática portuguesa, o que vossa mercê insinou, parece-me que em quatro anos soubera da latina pouco, e dela muito menos. Mas, com saber a portuguesa, fiquei alumiado em ambas, o que nam fará quem souber a latina” (Barros, *apud* Carvalho, 2011, p. 18).

deveria constar a Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa, para além das quatro operações aritméticas (Carvalho, 2011 p. 17).

O próximo trecho é ainda mais ilustrativo:

Com efeito não houvera nunca, entre nós, como não haverá, até meados do século XIX, escola alguma que tivesse uma cadeira ou professor cuja missão específica fosse a de ensinar a língua portuguesa. Por esse facto, se é verdade que a implantação de um sistema de ensino público, foi, sem qualquer dúvida, a preocupação maior do ministro de D. José, a quem Rogério Fernandes, no seu trabalho que vimos acompanhando, reconhece a criação “do sistema de ensino oficial português.” (69), “cuja direcção pertence exclusivamente ao Estado.” (113), atrevemo-nos a considerar que o sistema de ensino público, ‘eminentemente nacional’ (como dirá Garrett), apenas surge na sequência das reformas liberais quando, já bem avançados no século de Oitocentos, se chega, finalmente, a criar um currículo que integra uma cadeira dedicada ao ensino do Português e da Literatura portuguesa, nos planos de estudos nacionais para os liceus (Carvalho, 2011, p. 36).

Portanto, esse era o estado de coisas em Portugal. Segundo o testemunho histórico de Joaquim Freire de Macedo, registrado em texto nas páginas iniciais – intitulado *Ao Leitor* – de seu também *Compendio de Grammatica Portugueza*, de 1862, fato é que “tendo o Conselho Geral d’Instrucção Pública de Portugal criado, pelo Regulamento de 10 d’abril de 1860, uma *Cadeira de Grammatica Portugueza* nos Lycêos, tractou o Conselho do Lycêo Nacional de Lisboa, em Outubro d’aquelle anno, de escolher uma Grammatica, que servisse para o ensino daquela recém criada Cadeira” (Macedo, 1862, s/p.). A tarefa não se mostrou fácil, uma vez que, segundo Freire de Macedo (op. cit.), não havia gramáticas próprias voltadas para o ensino de crianças e adolescentes. A urgência em adotar o mais rápido possível uma obra, levou o referido Conselho a admitir interinamente a *Grammatica Philosophica* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa para tais propósitos. Entretanto, como já então se sabia, a obra de Soares Barbosa não havia sido feita para esse fim. Tal inconveniente levou, ao fim de 1860 e durante os anos de 1861 a 1864, à profusão de publicações de compêndios gramaticais neste período, dentre os quais podemos citar, como coetâneas ao *Compendio* dos Srs. Vergueiro e Pertence, as seguintes gramáticas:

no Brasil:

- o *Compendio de Grammatica Philosophica*, de Manuel Soares da Silva Bezerra, publicado em 1861, no Ceará;

- o *Novo methodo de grammatica portuguesa*: aprovado e adoptado, para as aulas da provincia do Ceará pelo conselho diretor da instrucção publica da mesma provincia, de Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim, Ceará, em 1861;

- as *Lições de grammatica portuguesa*: destinadas ao uso dos alumnos de ambos os sexos, que frequentão as aulas de primeiras letras, de José Bernardino de Sena, no Pernambuco, em 1861;
- o *Novo systema de estudar a grammatica portugueza*, por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente, por José Ortiz, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, em 1862;
- o *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, do Padre Antonio da Costa Duarte, em sua 5ª edição, de 1862, editada por Antonio Pereira Ramos de Almeida, no Maranhão;
- o *Epitome da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Raimundo Câmara Bettencourt, editada no Rio de Janeiro, por E. & H. de Laemmert, em 1862;

em Portugal:

- o *Novo compendio da grammatica philosophica applicada á lingua portugueza*, de 1860, de João Severo S. S. Alvim Souza Vasconcellos, publicado na cidade do Porto;
- o *Compendio de Grammatica Portugueza: colligido e coordenado para uso dos alunos d'instrucção secundaria*, de Joaquim Freire de Macedo, publicado também em 1862, em Lisboa;
- a *Nova Grammatica Portugueza*, de José Bento de Oliveira, publicada em Coimbra, em 1862;
- a *Primeiras linhas de grammatica portugueza*, de João Félix Pereira, 1863, publicada em Lisboa;
- a *Grammatica Nacional*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicada em 1864, na cidade de Lisboa.

Selecionamos essas seis gramáticas brasileiras e cinco portuguesas apenas como uma amostra daquelas produções do período. É curioso observar que a última obra referida, a *Grammatica Nacional*, de Caldas Aulete, tornou-se uma espécie de gramática oficial em Portugal, de acordo com o *Parecer do Conselho Geral de Instrucção Publica* pelo qual o Governo mandou adotar essa *Grammatica*. Anos mais tarde, ela também passaria a ser publicada e utilizada no Brasil. Vejamos:

O conselho geral de instrucção publica, em execução dos artigos 22.º, 23.º, 24.º e 25.º do regulamento de 31 de janeiro de 1860, escolheu entre as grammaticas elementares aprovadas para o ensino da lingua portugueza, a que se publicou ultimamente com o titulo de GRAMMATICA NACIONAL pelo professor F. Julio Caldas Aulete, por entender que ella une á clareza do methodo, ao rigor das difinições e á propriedade dos exemplos, todas as condições inculcadas para ser preferida nas aulas primarias e para ser o unico compendio explicado n'ellas (Conselho Geral de Instrucção Pública, 1860, extraído da *Grammatica Nacional* de Caldas Aulete, 8ª edição, de 1874, p. I).

O documento informa que a escolha da gramática seguiu os artigos 22º a 25º do regulamento de 31 de janeiro de 1860, ou seja, trata-se de uma decisão formal e institucional. Isso mostra o papel normativo e centralizador do Estado na educação, reforçando a ideia de uma gramática única e oficial para o ensino primário.

Diante dessa ação do Governo, Joaquim Alves de Sousa (Sousa, 1865) manifestou indignada posição escrevendo uma obra (*A grammatica nacional e a portaria que a impoz ás escholas*) em que denunciava a arbitrariedade do governo, e o risco de tal atitude contra a liberdade de cátedra do professorado português. Assim se manifestava o autor:

O precedente que esta portaria estabelece é grave e insólito. Até hoje ainda livro nenhum foi imposto ás escholas por semelhante modo. O decreto, com força de lei, de 20 de septembro de 1844, § 167, já tinha regulado o processo que deve seguir-se relativamente á adopção dos compêndios para uso das aulas publicas; e este processo, ao mesmo passo que respeita o direito de escolha que pertence exclusivamente aos conselhos escholares, não ofende os direitos de propriedade assim dos auctores como dos editores das obras competentemente approvadas, nem monopoliza a instrucção em proveito especial de ninguém [...] Contra estes principios tam óbvios e respeitáveis se insurge o precedente estabelecido na portaria; pois, se o applicarem em toda a sua rigorosa extensão, teremos em breve o governo impondo indistinctamente a todas as escholas publicas, primarias, secundarias e superiores, os compêndios por onde devam ler-se as respectivas disciplinas, com flagrante violação dos direitos e interesses do professorado, e quebra manifesta da liberdade de ensino. Em nome pois e por amor d'estes sagrados princípios determinei vir à imprensa analysar aquelle notável documento (Sousa, 1865, p. iii-iv).

O que queremos mostrar aqui é que, no contexto de sua publicação, *O Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence não só encontrou uma verdadeira disputa entre os autores de gramáticas, que buscavam apresentar uma alternativa didática frente à recém-criada *Cadeira de Gramática Portuguesa* nos Liceus, pelo Regulamento de 10 de abril de 1860, como também se viu diante de uma atitude autocrática e mesmo tirânica do próprio Governo português, por meio do *Parecer do Conselho Geral de Instrucção Publica* que escolhera apenas a *Grammatica Nacional* de Caldas Aulete para as aulas públicas, em detrimento das outras gramáticas, incluindo *O Compendio* de Vergueiro e Pertence. Isso tudo, obviamente, em Portugal.

No Brasil, embora não houvesse nenhum tipo de proibição, havia, é certo, certas preferências dos conselheiros da Instrução Pública na escolha, por exemplo, da gramática de Polycarpo da Cruz em detrimento das outras, conforme demonstraremos em linhas mais adiante.

A análise sobre o duplo contexto de publicação dessa obra, tanto em Portugal quanto, ao mesmo tempo, no Brasil, justifica-se por pelo menos duas razões: a primeira é porque a gramática foi publicada em Portugal, embora os autores fossem brasileiros; a segunda é que, neste período, embora o Brasil já não fosse mais colônia de Portugal e nem mais Reino Unido

a Portugal e Algarves, como o foi no período joanino⁷, a verdade é que a concepção predominante na época – conquanto a designação de língua no Brasil, por motivos políticos e ideológicos, tenha passado durante o Império a “nacional” – era ainda a de que se falava a mesma língua de Portugal, sendo a produção de gramáticas um exemplo desse ideário, de modo que se possa falar em produção transnacional desses *instrumentos linguísticos*. A adoção, no Brasil, da gramática do professor português Francisco de Caldas Aulete, em um período um pouco mais adiante deste analisado, não obstante o protesto de algumas personalidades e de alguns jornais, é outro exemplo disso.

No contexto brasileiro, houve em 1862 uma verdadeira campanha encampada por alguns jornais da Corte, dentre os quais o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, de propriedade de Muniz Barreto, Mendes Campos e Cia., em favor da adoção da gramática de Vergueiro e Pertence nas aulas públicas do Império do Brasil. Na edição 281, de 11 de outubro de 1862, os redatores do jornal cobravam pela “morosidade e [pel]a reluctancia da administração em adoptar a *Grammatica* de Vergueiro e Pertence” (Correio Mercantil, 1862, p. 01) no lugar de outra gramática, a de Polycarpo J. D. da Cruz. Consideravam os “juizes” da gramática de Vergueiro e Pertence como imparciais, aos quais avaliavam como “dominados pelo espirito de *colleguismo*” em favor da gramática de Polycarpo da Cruz. Vejamos:

Quatro professores publicos respondem hoje, nas columnas desta folha, ás observações que fizemos a respeito da morosidade ou reluctancia da administração em adoptar a *Grammatica* de Vergueiro e Pertence.

Com prazer franqueamos o *Correio Mercantil* a essa polemica, que deve ser de vantagem para a litteratura nacional.

Sentimos, porém, que os quatro professores publicos, logo ao encetarem esta discussão, déssem uma prova contra si, mostrando-se juizes *parciaes*, dominados pelo espirito de *colleguismo*.

Por certo: juizes, que reprovão o trabalho dos Srs. Vergueiro e Pertence, claro, methodico e baseado no estudo dos classicos, são os mesmos que nos apontão como obra perfeita o compendio grammatical do Sr. Polycarpo J. D. da Cruz! Para que o publico comprehenda desde já a *imparcialidade* de taes juizes, leia esta ligeira analyse do mimoso compendio (Extraído do jornal *Correio Mercantil*, na Hemeroteca digital brasileira).⁸

⁷ No referido período, apesar de intensa polêmica, em 16 de dezembro de 1815 D. João elevou o Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, o que sinalizava para a sua permanência em terras americanas. Assim, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi um Estado criado em 16 de dezembro de 1815, com a elevação do então Estado do Brasil (1549–1815) a reino, unido com o Reino de Portugal e dos Algarves (sua metrópole soberana até então), na sequência da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Fato notório, em termos linguísticos, ou melhor, em termos de *política linguística* dos antecedentes e dos preparativos dessa união, é a publicação pelos prelos da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1812, no mesmo período joanino, da *Arte de Grammatica Portuguesa*, de José dos Reis Lobato, considerada a gramática oficial do reino (cf. Moraes, 2016, p. 18, nota 24).

⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/217280/21041>

Esses “juízes”, os conselheiros da Instrução Pública, passaram a escrever no jornal um longo parecer – negativo – sobre a gramática de Vergueiro e Pertence que, por ser longo, foi dividido em diversas edições.

À medida que eram publicados, esses pareceres eram rechaçados pelos autores da gramática no mesmo jornal, o *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*, que haviam acolhido bem a obra.⁹ Na edição 300 de 30 de outubro de 1862 do *Correio Mercantil*¹⁰, depois de uma longa refutação, e rebatendo ponto por ponto os argumentos de seus críticos, os gramáticos afirmavam que não dariam continuidade ao debate, devido às seguintes razões: “E por não nos sobrar muitas vezes nem o tempo necessario para as distracções do espirito, declaramos que não voltaremos á imprensa, quaesquer que sejam as aggressões que nos dirijão. VERGUEIRO E PERTENCE” (Extraído do jornal *Correio Mercantil*, na Hemeroteca digital brasileira).¹¹

De acordo com o *Relatório do Ministério da Guerra* (RJ), de 1864, é possível observar que o *Compendio de Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence foi adotado pelas Escolas Militares, particularmente nas classes de primeiro ano da Escola Preparatória do Rio Grande do Sul (cf. Ministério da Guerra, 1864).¹²

Com as linhas acima, é possível vislumbrar o contexto em que esta gramática foi publicada. Como se viu, não sem grandes controvérsias e debates na esfera pública do

⁹ Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/094170_02/16287. Os detratores da obra de Vergueiro e Pertence acusavam-nos de terem feito com este Compendio uma cópia mal feita da gramática francesa de Noël e Chapsal.

¹⁰ Nesta mesma edição, em uma das várias respostas às objeções de seus críticos, e devido ao fato de não haver neste espaço restrição quanto ao aprofundamento da matéria como decerto havia nas páginas de uma gramática escolar, lugar inconveniente para tanto, Vergueiro e Pertence apresentam, por um lado, de forma absolutamente explícita, a sua concepção de linguagem e de gramática, que para eles está vinculada à lógica, demonstrando, assim, a relação de suas ideias linguísticas com a gramática racionalista francesa, principalmente no que esta tem de ligação com a *Lógica (dos senhores) de Port-Royal*, ao afirmarem que “a grammatica é irmã gêmea da lógica”, e, por outro lado, igualmente demonstrarem claramente sua vinculação às ideias linguísticas de Jerônimo Soares Barbosa, quando buscam conciliar as noções universais de uma gramática geral compartilhada por todas as línguas e, ao mesmo tempo, discernirem o que é particular (ou “especial” nos dizeres deles) a cada uma delas, notadamente a portuguesa: “O homem mal poderia pensar sem o auxilio das palavras, e muito peior sem ellas poderia transmittir seus pensamentos aos outros homens. A mais interessante operação do espirito humano é sentir. A um sentimento distincto chamamos idéa. Ao sentimento da relação que duas idéas têm entre si chamamos juízo. Ao sentimento da relação que duas idéas tem com um terceira chamamos raciocínio. Estas três operações intellectuaes tomão a denominação de – pensar. O pensar convem a cada um dos homens de todos os tempos, de todos os logares e de todas as idades. A sciencia que dirige o entendimento para bem pensar chama-se – logica. Ha regras para o bem pensar? Ha. Dessas regras pois devem partir as de – fallar. Eis o fundamento da grammatica geral. Mas as línguas são diversas e tem grandes diferenças no modo de exprimir os pensamentos. Eis o fundamento da grammatica especial. [...] Há portanto um principio geral de semelhança, assim como há outro de distincção entre as diversas línguas do globo” (Vergueiro e Pertence, 1862. *In*: jornal *Correio Mercantil*, RJ, edição 300, p. 1 e 2). Os próprios autores, ao longo das respostas às objeções que lhes fizeram os conselheiros da Instrução Pública, afirmam terem seguido Soares Barbosa em vários pontos e lições. Vê-se que os autores se aproximam também do sensualismo de Condillac quando optam pela noção de “sentimento/sentir” para se referirem à sua relação com a ideia, o juízo, embora não sejam explícitos quanto a isso.

¹¹ Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/217280/21118?pesq=%22Vergueiro%20e%20Pertence%22>

¹² Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720950/8594?pesq=%22Vergueiro%20e%20Pertence%22>

jornalismo combativo, como também não sem grandes restrições sofridas pelas escolhas oficiais dos responsáveis pela instrução pública, tanto no Brasil quanto em Portugal. Passemos, na próxima seção, ao horizonte de prospecção desta gramática.

O horizonte de prospecção do Compendio da Grammatica Portugueza de Vergueiro e Pertence

O que é um *horizonte de prospecção*?

Não se pode falar em *horizonte de prospecção* sem antes abordar aquele que o antecede: o *horizonte de retrospecção*. Um *horizonte de retrospecção* é um conjunto de conhecimentos anteriores que regula o surgimento de uma determinada teoria científica. Auroux (2008) o define como um conjunto de conhecimentos que possuímos, e que são antecedentes a qualquer atividade cognitiva que venhamos a desenvolver.

Já em outro lugar, Auroux (1992 p, 11-12) afirma que “todo conhecimento é uma realidade histórica; [...] porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um *horizonte de retrospecção*, assim como um *horizonte de prospecção*. [...] Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”. Auroux entende, assim, que não se pode pensar o passado sem considerar o futuro, isto é, temos, de forma simultânea, na produção do conhecimento, um diálogo entre o passado e o presente, o *horizonte de retrospecção*, e um diálogo do presente com o futuro, o *horizonte de prospecção*.

Partindo dessas considerações, podemos, então, asseverar que uma obra e um autor sempre sofrem a repercussão de outras obras e outros autores do passado sobre eles (neste caso, um *horizonte de retrospecção*); e eles mesmos, por sua vez, depois, irão repercutir nas outras obras de outros autores posteriores a eles (neste caso, um *horizonte de prospecção*).¹³

O *horizonte de prospecção*, por sua vez, é uma categoria analítica ainda pouco explorada. Dentro do campo da HIL, Pereira (2015), analisando o *horizonte de prospecção* do filólogo português Julio Moreira, é uma das poucas que emprega essa categoria analítica de forma explícita.¹⁴

¹³ Não entrarei em discussões mais aprofundadas e controvertidas sobre esse conceito em HIL. Para maiores detalhes, remeto os leitores às recentes discussões ocorridas no *Workshop Horizons de projection – Histoire des représentations de l’avenir des savoirs linguistique*, sob a direção de Jean-Marie Fourmier, Christian Puech, Valérie Raby (Université Sorbonne nouvelle – Paris 3 / Histoire des théories linguistiques), no âmbito dos trabalhos do XV ICHoLS (Milão, de 23 a 28 de agosto de 2021).

¹⁴ Para maiores detalhes, confira Pereira (2015) em: “A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de Julio Moreira”.

Isto posto, vejamos como se configurou o *horizonte de prospecção* do *Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence. Primeiramente, na repercussão positiva que temos dele, na perspectiva de Machado de Assis, e, depois, pela recepção pouco simpática que Julio Ribeiro deu a essa obra em sua *Grammatica Portugueza*, de 1881, além, é claro, daquelas ocorridas no espaço do jornalismo, conforme já ficou demonstrado linhas acima neste trabalho.

Por Machado de Assis

Machado de Assis foi um escritor plural e completo na correta acepção do termo. Tendo escrito de tudo um pouco, e muito bem aquilo que escreveu. Nosso grande escritor foi redator durante anos do *Diário do Rio de Janeiro*, e, em 22 de fevereiro de 1862, aos 23 anos apenas, escreveu uma resenha ao recém-publicado, em 1861, *Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence. Pelo delineamento que esboçamos acima, é provável que a resenha de Machado tenha dado, por assim dizer, o pontapé inicial ao debate que se formou em torno do *Compendio* e, de algum modo, vinculou-os dialogicamente a si e às demais querelas na qual a gramática e seus autores se envolveram na imprensa carioca.

A voz de Machado de Assis¹⁵ seria, então, a primeira no contexto daquela época a se levantar na defesa dos detratados Vergueiro e Pertence e de seu *Compendio de Grammatica Portugueza*, já que sua resenha é de fevereiro de 1862, enquanto os demais textos jornalísticos são de outubro daquele mesmo ano.

Bechara (2009), avaliando outro aspecto deste texto machadiano, é um dos poucos que analisaram a resenha crítica de Machado de Assis ao *Compendio* de Vergueiro e Pertence. Bechara afirma que nosso escritor entendia a gramática como uma técnica (em grego ‘*téchne*’):

Tudo nos leva a acreditar que Machado de Assis entendia a gramática como uma técnica, isto é, um sistema de noções destinadas a conseguir um fim, no

¹⁵ Não se pode afirmar com certeza que Machado de Assis era próximo de um dos autores, o Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence. No entanto, não se pode descartar de todo que este não fizesse parte de seu círculo mais próximo de amizade. Parece ter havido uma verdadeira consideração por parte de nosso escritor pela figura do médico e conselheiro. Tanto é assim que o jornal *Gazeta de Notícias*, de 5 de agosto de 1886, ao noticiar a morte do Dr. Pertence, que, sem dúvida, era na época pessoa de bastante notoriedade na Corte, ao dar destaque aos que estiveram presentes em seu sepultamento, arrola entre elas o nome de Machado de Assis. (Cf. https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/103730/per103730_1886_00217.pdf). Outro aspecto digno de nota é que não só Machado de Assis, mas também parte da intelectualidade brasileira, partiu em defesa do *Compendio* de Vergueiro e Pertence: o médico, escritor, jornalista e professor no Colégio Pedro II Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) escreveu uma resenha bastante elogiosa sobre a obra, sob o pseudônimo “O Velho” na coluna “Chronica da Quinzena” da *Revista Popular* (Ano 4º, 13º Tomo, jan.-mar., 1862, p. 255-256). Um dos redatores do jornal *Diário do Rio de Janeiro* (na edição 275, de 7 de out. de 1862, p. 1) afirma ter recebido nas páginas daquele periódico “um bello artigo do eminente escritor e poeta, o nosso amigo o Sr. Gonçalves Dias [(1823-1864)], onde o elogio desse trabalho foi traçado com aquella justeza e elevação que caracterizam todos os escriptos deste nosso patricio”. Infelizmente, não nos foi possível localizar o referido artigo.

seu dizer, “destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica” (Bechara, 2009, p. 14).

Como bem assinalou Bechara, Machado de Assis “não insiste na célebre lição de que a gramática é ‘a arte de ensinar a falar e a escrever corretamente a língua’, como fez o compêndio, mas sim ‘de assentar a sua ciência filológica.’” (Idem, *ibidem*). Vê-se, pois, pela sua atividade de cronista ou de crítico que Machado já tinha consciência do papel importante do desenvolvimento reflexivo da competência linguística dos alunos que iriam ler a referida obra:

Repare-se que Machado de Assis estava com 23 anos ao resenhar o Compêndio, e nessa época já ressaltava o papel importante do desenvolvimento reflexivo da competência linguística dos alunos mediante a aplicação das regras e das bases ‘sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica’ [entenda-se: a sua competência linguística] (Bechara, 2009, p. 14).

Ainda de acordo com Bechara, assim é que em uma crítica de 1862 ao “Compêndio da Gramática Portuguesa”, escrito por Vergueiro e Pertence e publicado em Lisboa em 1861, o autor [Machado de Assis] explica por que considera o Compêndio “uma obra útil”. Machado sempre achou “que uma gramática é uma coisa séria”. Dizia que “uma boa gramática presta um grande serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil” (Assis, 1953, p. 21 *apud* Bechara 2009, p. 15), ou seja, o trabalho se torna ainda maior e o empreendimento mais desafiador. Conforme observa Bechara, Machado de Assis acrescenta que, quando se atinge o resultado que os Srs. Pertence e Vergueiro alcançaram, é fornecido material para a estima e admiração dos compatriotas. De acordo com a avaliação de Machado de Assis, a gramática de Pertence e Vergueiro contém “aquilo que é necessário às obras desta natureza, destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e bases sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica (Ibid., p. 21-22 *apud* Bechara, 2009, p. 13), ou, conforme traduziu Bechara para as noções atuais, “a sua competência linguística” (Bechara, 2009, p. 13).

É assim que Machado de Assis na resenha publicada no *Diário do Rio de Janeiro* – somada às demais vozes dos jornalistas do *Correio Mercantil* – enaltece a gramática de Vergueiro e Pertence e se torna, portanto, seu maior apologista.

Vejamos, agora, na próxima seção, a abordagem negativa realizada pelo gramático e romancista paulista Júlio Ribeiro com relação a aspectos do *Compendio* de Vergueiro e Pertence.

Por Júlio Ribeiro

Como na maioria de outros autores que citou em sua gramática, Júlio Ribeiro buscou também com relação ao *Compendio de Grammatica Portugueza* (1861) de Vergueiro e Pertence mostrar-se como renovador e em posição de ruptura. Ao todo, Ribeiro cita a obra de Vergueiro e Pertence duas vezes. Ambas de forma negativa.

Casos como esses de Julio Ribeiro com relação à recepção ao *Compendio de Grammatica Portugueza* (1861) de Vergueiro e Pertence, interessam porque, da mesma forma, como esclarece Colombat (2007, p. 90) acerca do *horizonte de retrospectão*, como algo que “abrange o conjunto dos conhecimentos prévios reconhecidos, assumidos ou mesmo rejeitados por um autor x em um momento x da história” (sublinhei),¹⁶ o mesmo também pode ocorrer com relação ao *horizonte de prospecção* de um determinado autor, que, igualmente, pode ser reconhecido, assumido ou rejeitado por outros. Neste caso de Julio Ribeiro, com relação à obra didática de Vergueiro e Pertence, a postura será, como veremos, integralmente de rejeição.

Sobre o verbo *haver*

Ao abordar os verbos impessoais, Júlio Ribeiro faz restrições a muitos gramáticos anteriores a sua obra e busca aplicar novo entendimento ao fato gramatical, ou seja, apresenta uma nova doutrina. É justamente neste contexto, explicando a regra do verbo *haver*, que a gramática de Vergueiro Pertence é citada por ele:

508. O verbo *haver* em sentenças como “*Ha homens — Ha fructas — Ha leis*”, conservando-se transitivo, assume o kharacter de verdadeiro verbo impessoal, e não póde ter sujeito claro [Vide 167, 4)].

[...]

É pois, dislate a doutrina de Argote assim formulada por Vergueiro e Pertence (4) [Obra citada, pag. 85] : “O verbo *haver* empregado no sentido de existir usa-se nas terceiras pessoas do singular ainda que o sujeito seja da terceira pessôa do plural [...]” (Ribeiro, 1881, p. 254-5).

Nesse passo, aliás, Júlio Ribeiro é bem pouco elegante com os colegas ao definir como “dislate a doutrina de Argote assim formulada por Vergueiro e Pertence”, ou seja, como tola, asneira, bobagem, se levarmos em consideração os sinônimos para este adjetivo.

¹⁶ Do original: “Colombat (2007, p. 90) “La notion d’*horizon de rétrospection* [...] recouvre l’ensemble des connaissances préalables reconnues, assumées ou même refusées par un auteur x à un moment x de l’histoire”.

A propósito, neste aspecto da crítica, não escapa nem a gramática de Sotero dos Reis, por, na avaliação de Ribeiro, ser metafísica, nem a de Moraes Silva, citada pelo Dr. Freire da Silva, que “pecca ainda por [ser] metaphysica e falsa a doutrina” (idem, p. 256).

Sobre a grafia de *au* \cong *ao*: processos de gramatização do PB?

A outra crítica de Julio Ribeiro ao *Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence ocorre ainda na Primeira parte de sua *Grammatica* no contexto da ortografia. Julio Ribeiro define a ortografia como “o tratado da representação symbolica dos sons articulados” (Ribeiro, 1881, p. 22). Principalmente neste espaço sobre o tratamento de aspectos fonéticos da língua portuguesa, percebe-se claramente, na gramática, a intenção de Ribeiro em marcar o lugar do falar brasileiro com relação ao modo de falar português. Especialmente tratando das vogais ele diz, por exemplo, que:

60 – A voz [tonica¹⁷] comum *i* representa-se:

[...]

3) por *e* na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjunção *e*, ex: “*cidade – mosarabe – montes e valles*”, que se lêem “*cidadi – montis i vallis*”.

A maioria dos Brasileiros assim pronuncia: em Portugal diz-se *cidaddê – mosárabê – montês ê vallês* dando á voz terminal um som abafado, muito distinto de *i*. (Ribeiro, 1881, p. 26).

Vê-se, pois, por esse exemplo, a distinção feita pelo gramático entre o PB e o PE. É justamente nesta tentativa de diferenciação entre as duas variantes que Julio Ribeiro, abordando o emprego do ditongo *au* e sua representação escrita: “**93.** O diphthongo *au* representa-se sempre por *au*, ex.: « *auto-cauto-grau-pau* ».” (Ribeiro, 1881, p. 43), entende, por exemplo, que “Alguns mestres da lingua mandam escrever sempre por *ao* este diphthongo quando é final de syllaba”, referindo-se aqui, em nota de rodapé, especificamente a “T[ristão] da C[unha] PORTUGAL, *Orthographia da Lingua Portugueza*, Paris, 1837, pag. 11” e a “J[oão] A[lexandre] PASSOS, *Diccionario Grammatical Portuguez*, Rio de Janeiro, 1865.” E, em outro ponto, aí sim, referindo-se à obra de Vergueiro e Pertence, *Compendio da Grammatica Portugueza*, Lisboa, 1861, pag. 136”, também em nota de rodapé, afirma explicitamente que: “outros [gramáticos] fazem uma distincção cerebrina, preceituando que se escrevam por *au* os

¹⁷ Aparece apenas nas edições posteriores à 1ª de 1881.

vocábulo *grau* e *nau*, e por *ao* todos os mais. ex.: «*mao-pao*». É perceptível também aqui que a expressão “distinção cerebrina” também não é nem um pouco polida e muito menos amistosa.

Essa contraposição entre as formas gráficas, representantes elas mesmas, segundo a defesa de Júlio Ribeiro, das formas de pronúncia, mostra claramente seu comprometimento com a gramatização do português brasileiro, daí sua forte oposição com relação também a essa doutrina dos gramáticos do *Compendio da Grammatica Portugueza*. Passemos ao próximo item de nossa análise.

Os modos de historicização

Os exemplos acima demonstram não apenas o *horizonte de prospecção* do *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Vergueiro e Pertence, como também apresentam os *modos de historicização* que esta gramática sofreu. *Historicização* pode ser objetivamente definida aqui como o modo pelo qual uma história foi narrada, ou como a narrativa em torno de um certo objeto foi construída, o que, obviamente, está diretamente ligado às representações que um sujeito X faz de um objeto Y em um eixo temporal T. Ou, conforme define sucintamente Aurox (2006, p. 147): “podemos chamar de ‘modos de historicização’ [...] a maneira pela qual os domínios de objetos são afetados pela temporalidade”.

Aurox (op. cit.) afirma mesmo que “não se pode abordar seriamente a questão da historicidade das ciências sem estudar a constituição e a estrutura dos horizontes de retrospectação”. Penso que, em relação ao horizonte de prospecção, ocorra da mesma maneira, conforme ficou demonstrado pelos exemplos acima na historicização de o *Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence feita, por um lado, por Machado de Assis e pelos demais jornalistas cariocas e, por outro, por Julio Ribeiro e pelos conselheiros da Instrução Pública, no Brasil.

A abordagem que apresentaremos na segunda parte do artigo, sobre o que denominamos *o tratamento didático icônico ou visioespacial da preposição* será, por assim dizer, um terceiro modo de historicização pelo qual o compendio será submetido. Fazendo a história das ideias linguísticas, não deixamos também nós, de algum modo, de fazer a história.

Segunda Parte

O tratamento didático visioespacial da preposição no *Compendio da Grammatica Portugueza*

O tratamento didático dado à preposição por Vergueiro e Pertence em o *Compendio da Grammatica Portugueza* merece toda a atenção porque os autores, intuitivamente ou não, ou por mera sagacidade pedagógica – seja o que for –, já compreendem que há uma relação intrínseca entre o modo visual e espacial como as preposições denotam e estabelecem o sentido e a mediação da mente neste processo. E, mediante isso, transmitem a seus leitores noções bastante avançadas daquilo que hoje compreendemos como uma perspectiva funcionalista e cognitivista para a explicação e para o uso da preposição. Além é, claro, de toda a abordagem didática, com ilustrações de imagens e esquemas, acerca das noções espaciais apresentadas pelas preposições, em um primeiro momento, em representações mais concretas e, em um segundo momento, mais abstratas.

Neste sentido, a gramática é inovadora. (Pelo menos não encontramos neste mesmo período, ou até mesmo depois, alguma outra com abordagem semelhante a esta dada pelos autores em uma gramática escolar). É o que procuraremos também mostrar no âmbito deste trabalho. A única gramática – que não é escolar – a desempenhar esse importante registro é a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* ou Princípios de Gramática Geral Aplicados à nossa Linguagem, de Jerônimo Soares Barbosa (1822)¹⁸, que, embora não traga os recursos didáticos das ilustrações, associada às ideias dos gramáticos racionalistas e sensualistas franceses, irá influenciar, conforme entendemos, a produção deste *Compendio de Grammatica Portuguesa*, de Vergueiro e Pertence. É claro que, então, aquela será a sua maior influência.¹⁹

Então, uma questão é colocada a partir dessa verificação.

Como Vergueiro e Pertence trabalharam pedagogicamente a preposição? Essa nossa abordagem se dará sob os pressupostos teóricos e metodológicos tanto da História das Ideias Linguísticas, como temos feito até agora, na primeira parte deste artigo, quanto de certos aspectos da história das ideias didáticas, no que se refere à *busca de ligações históricas entre*

¹⁸ A edição compulsada por nós é a sétima, publicada em 1881.

¹⁹ Não faz parte do escopo deste trabalho a análise da *influência* das ideias do filósofo sensista ou sensualista francês Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) como *horizonte de retrospectão* da *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa e, por extensão do *Compendio da Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence. Para tanto, consulte-se do autor: “A filosofia e as ideias linguísticas de Condillac na *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa: um estudo de seu horizonte de retrospectão” (Moraes, 2025, no prelo).

as ciências da linguagem, concepções de aquisição e didática das línguas (cf. Chiss e Coste, 1995), bem como da Historiografia Linguística, segundo o *modelo de historiografia da gramaticografia didática*, conforme Swiggers (2012). De acordo com Chiss e Coste (1995):

O trabalho da Enciclopédia, ao mesmo tempo que contribui para dar nova relevância à gramática geral, também vislumbra e permite afirmar um empirismo, métodos de observação e novas abordagens, tanto teóricas quanto técnicas, que, dando lugar à história, à evolução, à classificação sistemática, mas também à dinâmica, modificam o panorama das ciências, as representações do conhecimento e sua construção, complicam e deslocam a visão que se tem das línguas, de sua linhagem, da variação de suas formas (Chiss e Coste, 1995, p. 10, traduzimos).

Por um lado, é nesta perspectiva que se enquadra a *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa (1822), que servirá de modelo para o trabalho didático dos autores do *Compendio* com a preposição. Por outro lado, por *gramaticografia didática* entendemos, seguindo Swiggers, “la redacción de obras gramaticales con vistas al aprendizaje/enseñanza de una o varias lenguas” (2012, p. 17). O trabalho metodológico do professor Swiggers destaca a difícil delimitação do termo “gramática didáctica”, especialmente quando se trata de aplicá-lo à investigação histórica. Isso porque, para Swiggers,

Justamente [la gramática didáctica] no es un campo o un tema “menor”, porque ya desde el punto de vista cuantitativo se puede decir que la mayoría de los textos gramaticales y léxicos que se publicaron desde la Edad Media hasta el siglo XIX – es verdad que las cosas cambian en el siglo XIX – son trabajos con un objetivo didáctico. Por tanto, seguro que la lexicografía, la lexicología o la gramática de lo que se llama “los tiempos modernos” no son géneros menores (Swiggers, 2012)²⁰

Considerando tais perspectivas, vejamos o que dizem os autores do *Compendio* sobre a preposição.

Vergueiro e Pertence definem a preposição do seguinte modo:

DA PREPOSIÇÃO

228.º A preposição exprime a relação que ha entre duas palavras, as quaes representam duas idéas, e estas dois objectos.

Imagem 1: Definição da preposição em Vergueiro e Pertence (1861, p. 103).

²⁰ Cf. Intrahistoriografía, 24.10.2012. Disponível em: <http://intrahistoriografia.blogspot.com.es>

Aparentemente, a definição da preposição aqui é bem tradicional, como aquela que “exprime a relação que ha entre duas palavras”. *Aparentemente* porque os autores vão além, quando acrescentam “as quaes representão duas idéas, e estas dois objectos”. Como se vê, além da noção de relação, nota-se que os autores também atrelam as palavras como representação das ideias, e essas como representação dos objetos. Aqui parece haver menção ao que modernamente denominaríamos signo linguístico. A definição *em si* já difere das definições que encontramos em outras gramáticas, melhor dizendo, em outros compêndios do mesmo período, ou mesmo, ao longo da história da gramática.²¹ E se aproxima, por exemplo, daquela trazida, primeiro, por Manuel Dias de Sousa (1755-ca-1822) na *Grammatica Portugueza*, de 1804, que diz que “as prepozições são huma especie de palavras, as quaes servem para deziñar as relações que algumas partes do discurso tem humas com as outras na expressão das nossas idéas” (Sousa, 1804, p. 129)²² e, segundo, conforme já se adiantou, de Jerônimo Soares Barbosa, na gramática filosófica, para quem

O primeiro destino das prepozições foi indicar as relações entre os objectos sensíveis por ordem ao logar que occupam em um espaço, ou ao movimento que no mesmo fazem. Mas com as mesmas relações que ha entre os objectos sensíveis, pode tambem haver entre idéas abstractas, que, como aquelles, são igualmente objectos dos nossos pensamentos, e as idéas abstractas o podem ser mais, ou menos: d’aquí vem, que uma mesma prepozição póde ter logar em casos bem dissimilantes, de sorte que ás vezes as ultimas acepções apartam-se tanto das primeiras, que perdendo-se da vista o fio da analogia, pelo qual a prepozição foi passando gradualmente de um uso a outro, não será fácil dar razão da differença entre as suas primeiras acepções e as ultimas (Soares Barbosa, 1881 [1822], p. 223).

O trecho de **Jerônimo Soares Barbosa**, extraído de sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1881 [1822]), apresenta uma reflexão sobre as **prepozições** e sua evolução semântica, que pode ser analisada sob a ótica das teorias linguísticas contemporâneas, especialmente as de abordagens **funcionalistas** e **cognitivistas**. A análise que proponho a seguir explora como a visão de Soares Barbosa antecipa conceitos dessas correntes linguísticas e mostra a profundidade de sua compreensão sobre a dinâmica da linguagem.

²¹ Ver, por exemplo, a definição de Dionísio o Trácio, que, basicamente, será reproduzida em todas as gramáticas ao longo da história: “Uma prepozição é uma palavra colocada antes de qualquer uma das outras partes do discurso [ou classes gramaticais], tanto na composição quanto na sintaxe” (Grammar of Dionysios Thrax, p. 14 *apud* Davidson, 1874).

²² Embora não se refira à prepozição deste modo, mas já reconhecendo a noção *de lugar, de movimento, de quietação, de indiferença* na sua classificação, Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1736?-?), em *Grammatica Philosophica* (Melo Bacelar, 1783, p. 44), traz em sua definição das partes do discurso – que para ele são três – a ideia incipiente de signo, quando afirma que “[...] todas as Nações communicação a todas as mais o essencial do que virão, ouvirão, ou idearão (isto he os seus conceitos) com os sobreditos tres únicos sons, e faltando-lhe algum delle, nada communicão em termos. E porque estes tres únicos sons compõem a Oração, (ou são a prepozição [*sic*, isto é, a prepozição]) que he a única cousa, que o Grammatico pretende fazer” (Melo Bacelar, 1783, p. 13).

A evolução semântica das preposições

Soares Barbosa explica que as **preposições** originaram-se para indicar relações **espaciais** e de **movimento** entre objetos sensíveis. Esse conceito inicial é bastante funcional, pois as preposições surgem como elementos que marcam a relação entre os elementos do mundo físico. Mas, como ele mesmo observa, essas relações físicas também podem ser aplicadas a **ideias abstratas** (como “tempo”, “causa”, “finalidade”), o que permite uma **ampliação** do uso das preposições para além do mundo físico. Aqui, ele antecipa a ideia de que **uma mesma preposição pode ter múltiplos significados** dependendo do contexto em que é usada, o que é uma característica essencial das abordagens **funcionalistas** e **cognitivistas** contemporâneas.

Funcionalismo linguístico e a importância do uso

O funcionalismo linguístico, desenvolvido por autores como **Michael Halliday** (Halliday, 1998 [1978]) e **Talmy Givón** (Givón, 2012), como se sabe, enfatiza que a linguagem deve ser analisada principalmente em termos de seu uso em contexto.²³ Ou seja, as funções linguísticas são determinadas pela necessidade de os falantes expressarem certos conceitos ou relações em uma comunicação.²⁴ A ideia de Soares Barbosa de que **uma mesma preposição** pode evoluir ao longo do tempo para expressar **relações cada vez mais abstratas** está alinhada com a visão funcionalista de que o **uso real** da língua determina a evolução de suas estruturas. Ele aponta que a preposição pode passar por uma série de **gradações** de significados, à medida que sua função se adapta a novas necessidades de comunicação, indo do mais concreto ao mais abstrato, tal como ocorre no processo que entendemos hoje como *gramaticalização*.

²³ De acordo com Halliday, “como tratamos de explicar el surgimiento de dialectos estándar, la correlación entre dialectos y registros, y toda la compleja ideología de actitudes lingüísticas y juicios de valor; pero éstos implican más que la simple noción de que el lenguaje ‘expresa’ la estructura y el sistema sociales: sería más correcto decir que el lenguaje *simboliza activamente* el sistema social, representando metafóricamente en sus padrones de variación la que caracteriza a las culturas humanas [...] El contexto interviene en la determinación de lo que decimos, y lo que decimos interviene en la determinación del contexto. A medida que aprendemos a significar, aprendemos a predecir lo uno de lo otro” (Halliday, 1998 [1978], p. 11).

²⁴ Por sua vez, conforme entende Givón, “Não faz sentido falar sobre um sistema comunicativo sem referência à estrutura social dentro da qual ele surge e cujas funções específicas ele é projetado para executar. [...] Um sistema comunicativo nunca surge em um vácuo sociocultural. Sua evolução está estreitamente conectada a, e motivada por, propriedades interacionais do universo sociocultural que lhe deu surgimento” (Givón, 2012, p. 365-366, 368-369). Ainda de acordo com Givón, apoiado em Lamandella (1976), “é altamente provável que a evolução cognitiva, sociocultural e comunicativa ocorreram juntas em uma série de estágios que se apoiaram mutuamente” (Givón, 2012, p. 365).

O conceito de “analogias” e transições de significados

Soares Barbosa também discute como o significado das preposições pode evoluir de maneira gradual, com mudanças que, em alguns casos, podem se afastar tanto das acepções originais, que é difícil compreender a transição entre os significados mais antigos e os mais recentes. Além do processo de *gramaticalização*, conforme mencionado acima, este ponto também é central na teoria funcionalista da *metáfora cognitiva* e da *metonímia*, ambas abordadas por linguistas como George Lakoff e Mark Johnson (Lakoff e Johnson, 2002 [1980]) como ocorre, por exemplo, na obra *Metáforas da vida cotidiana*.

Em particular, o conceito de *gradação* ou *transição gradual* de significado que Barbosa menciona reflete a noção cognitivista de que as palavras e expressões podem ser usadas de maneira *metafórica* ou *metonímica* para representar ideias *mais abstratas*. Para Lakoff e Johnson (2002), muitas vezes as relações **espaciais** e **físicas** servem como **base para metáforas** que permitem aos falantes expressar conceitos mais complexos. Por exemplo, a preposição “em” pode indicar uma relação de **localização física**, mas também pode expressar relações **abstratas** como “em uma situação” ou “em uma condição”. Soares Barbosa antecipa essa ideia ao observar que o uso da preposição *vai se distanciando gradualmente de suas funções iniciais*. Nos estudos contemporâneos, é Joan Bybee quem nos dá uma boa noção da existência da gradiência e da variação e as suas relações:

A existência de gradiência e variação não nega o padrão regular nas línguas ou entre línguas. Contudo, é importante não ver as regularidades como primárias e a gradiência e a variação como secundárias; ao contrário, os mesmos fatores operam para produzir padrões regulares e os desvios. Se a língua fosse uma estrutura mental fixa, ela talvez tivesse categorias discretas; mas já que ela é uma estrutura mental que está em constante uso e é filtrada pelas atividades de processamento que a modificam, há variação e gradação (Bybee, 2016, p. 25).

O papel das “ideias abstratas” e a expansão do significado

Quando Soares Barbosa afirma que as preposições podem passar a *indicar relações entre ideias abstratas*, ele está reconhecendo que a *linguagem* é usada para *representar não apenas o mundo físico*, mas também as *relações cognitivas e mentais* que formam a nossa experiência do mundo. Esse ponto é crucial para as abordagens **cognitivistas**, que defendem que a linguagem está intimamente ligada aos *processos cognitivos* e ao modo como *percebemos e conceptualizamos o mundo*.

Por exemplo, ao usar preposições para expressar não apenas relações espaciais, mas também temporais, causais ou condicionais (como “em razão de”, “em face de”, etc.), a língua reflete como a mente humana analisa e organiza essas relações. Isso antecipa a ideia central do cognitivismo, que propõe que o significado linguístico é construído em função das experiências cognitivas dos falantes.

A perda da “analogia” e a complexidade semântica

A última parte do trecho de Soares Barbosa trata da dificuldade de explicar as mudanças semânticas de uma preposição à medida que ela vai adquirindo novos significados e distantes dos seus usos iniciais. Isso sugere a ideia de desconexão semântica que, em termos contemporâneos, pode ser vista como a complexidade e fluidez da evolução lexical. A perda da “analogia”, ou seja, da relação clara e intuitiva entre os significados de uma palavra, também é uma característica que o funcionalismo e o cognitivismo reconhecem: os significados não são estáticos, mas adaptáveis, moldados pelas necessidades comunicativas e pela evolução cognitiva ao longo do tempo.

Além disso, essa ideia também remete ao conceito de **polivalência lexical**, com o qual uma palavra pode ter vários significados relacionados, mas muitas vezes desconectados de sua origem. A perda da conexão original entre esses significados remete à ideia de que as **palavras são produtos dinâmicos** do uso linguístico, e a **comunicação** muitas vezes exige uma flexibilidade na interpretação das palavras.

Enfim, o trecho de Jerônimo Soares Barbosa reflete com notável antecipação conceitos que hoje são explorados nas teorias **funcionalistas** e **cognitivistas** da linguagem. Ele reconhece a flexibilidade do uso das preposições e como elas evoluem para expressar não apenas relações **espaciais**, mas também **abstratas**. Denominadas por ele de **segunda classe**. Sua ideia de que os significados das preposições podem se afastar gradualmente de suas origens, sem que a transição seja facilmente explicável, antecipa de forma impressionante as discussões contemporâneas sobre a **dinâmica semântica** e a **metaforização** na linguagem, que são abordadas tanto pelos funcionalistas quanto pelos cognitivistas. Soares Barbosa, assim, demonstra uma visão de linguagem como um sistema vivo, em constante adaptação às **necessidades cognitivas** e **comunicativas** dos falantes, alinhando-se, ainda que de forma precursora, aos estudos linguísticos modernos.

Há, assim, nas ideias de Soares Barbosa sobre a preposição uma abordagem bastante avançada no que diz respeito ao que modernamente denominaríamos, sob uma perspectiva funcionalista e cognitivista, como *mudança em curso*, em que a noção de variação cede prioridade à de *perspectivação*. Autores contemporâneos como Charles Fillmore propõem que a orientação e a perspectiva são fatores determinantes de uma quarta forma de organização funcional da sentença, assim como George Lakoff e Mark Johnson identificam a polissemia em sua relação com modelos cognitivos idealizados. Partindo dessas abordagens, é fácil identificar os fatores cognitivos envolvidos que organizam a gramática e a história de uma língua natural como sucessivas reorganizações cognitivas, tal como preconizado por Joan Bybee. Assim, da mesma forma, pode-se aplicar ao estudo das preposições hoje, tal como observou Soares Barbosa em seu tempo, processos cognitivos identificados pela linguística cognitiva (*princípio da invariância*), pela linguística funcional (*chunking*) e pela abordagem multissistêmica (*princípio da recursão*), segundo Ataliba T. de Castilho, o que seria condizente com o estudo das preposições mediante os modelos baseados no uso.

Não há, por exemplo, em nenhuma gramática, além dessas, quer seja de viés latino, quer seja de viés filosófico-racionalista, uma definição como esta nas gramáticas portuguesas examinadas.

A aproximação das ideias linguísticas de Vergueiro e Pertence (1861) às de Soares Barbosa (1881 [1822])

Segundo Vergueiro e Pertence “os objectos [que são representados pelas ideias mediante as palavras] podem existir em estado de quietação, ou em estado de movimento” (p. 103). Os autores apresentam primeiramente, a noção de “Estado de quietação”, afirmando que “os objetos em estado de quietação, existem em um espaço chamado lugar, *onde*. 231º. As relações provenientes da existência de um objecto em um lugar, *onde*, exprimem-se pelas preposições: *em, sobre, diante, atrás, entre e contra*” (idem, *ibidem*).

Quando os autores definem a preposição como aquela que “*exprime a relação que ha entre duas palavras, as quaes representam duas idéas, e estas dois objectos*”, não estaríamos longe da verdade se disséssemos que eles também acionam parâmetros, que, na linguagem terminológica de hoje, entendemos como relacionados à cognição e ao processamento mental,

para conceituarem essa parte do discurso, se aproximando também das ideias de Soares Barbosa, conforme demonstramos acima. Eis uma imagem do trecho citado:

ESTADO DE QUIETAÇÃO

230.º Os objectos em estado de quietação, existem em um espaço chamado logar, onde.

231.º As relações provenientes da existencia de um objecto em um logar, onde, exprimem-se pelas preposições: *em, sobre, sob, diante, atrás, entre e contra*. Tudo isto se figura no seguinte:

Imagem 2: Definição das preposições em Vergueiro e Pertence (1861, p. 103).

Comparando-o com o texto de Soares Barbosa (1881 [1822]), a semelhança é patente.

Vejamos:

todas as preposições se podem reduzir a duas classes geraes que os objetos podem ter uns com outros, ou de *estado e existência*, ou de *acção e movimento*. Ambas estas relações são locais em sua origem. A primeira diz respeito aos lugares d’*onde* alguma coisa vem, *por onde* se vae, ou *aonde* vae: por isso ás *preposições de estado e existencia*, e ás de segunda o de *preposições de acção e movimento* (Soares Barbosa, 1881 [1822], p. 226).

Segundo Vergueiro e Pertence (1861), “232º São três as considerações geraes, que podemos fazer acerca de um objecto em movimento”. Assim, de acordo com autores, temos:

- I. O ponto de partida, chamado logar – “*d’onde*, cujas relações se exprimem pelas – *de, desde*.
- II Espaço que percorre um objecto em movimento, chamado logar – *per, onde*, cujas relações se exprimem pelas preposições – *per e por*.
- III O termo próximo ou o ultimo a que se dirige um objecto em movimento chamado logar – *aonde* ou *para onde*, cujas relações se exprimem pelas preposições *a, para, até* (Vergueiro e Pertence, 1861, p. 103-104).

Ambos os trechos, conforme se nota, discutem as preposições em termos de relações espaciais que envolvem locação. No trecho de Vergueiro e Pertence, a existência de objetos é mencionada em relação ao espaço, chamado “lugar”, onde os objetos estão em estado de quietação. Este conceito de “lugar” já apresenta uma relação espacial inicial, a qual está intimamente ligada ao uso das preposições.

Soares Barbosa, por sua vez, vai além ao identificar duas classes gerais de preposições: uma relacionada ao estado e à existência, e outra à ação e ao movimento. No entanto, ele também inicia sua análise reconhecendo que ambas as relações são locais em sua origem. Ou

seja, tanto Vergueiro e Pertence quanto Soares Barbosa concordam que as preposições têm uma base espacial, associada ao conceito de lugar.

Divisão das preposições

Os dois textos fazem referência a uma organização das preposições com base no tipo de relação que elas expressam. Vergueiro e Pertence falam das preposições como expressões das relações que surgem da existência de um objeto em um lugar (espacial), enquanto Soares Barbosa faz uma divisão mais detalhada, mencionando explicitamente as duas classes principais de preposições: as de estado e existência e as de ação e movimento.

Aqui, Soares Barbosa é mais analítico, subdividindo as relações em duas categorias distintas, enquanto Vergueiro e Pertence simplesmente mencionam que as preposições expressam relações que têm origem no lugar e na existência.

Função das preposições

Vergueiro e Pertence indicam que as preposições servem para expressar as relações que se estabelecem entre os objetos, partindo da premissa de que essas relações surgem no espaço e ao redor do lugar. Soares Barbosa, por sua vez, vai além ao detalhar a natureza dessas relações, afirmando que as preposições podem ser divididas de acordo com os tipos de relações que expressam: estado e existência ou ação e movimento.

Aqui vemos que Soares Barbosa fornece um tratamento mais complexo e detalhado – é claro que isso se justifica porque a obra do gramático português não é um compêndio, voltado para o ensino escolar, como é o caso da obra de Vergueiro e Pertence, mas uma gramática de cunho superior, por isso, inclusive, denominada filosófica –, antecipando de forma mais clara a ideia de que as preposições não são apenas indicadores de espaço, mas também de movimento e transição de estados, um conceito que se alinha com a visão moderna de preposições como elementos funcionais na língua, conforme já ressaltamos.

Relações locais e abstratas

Os autores – de um lado, Vergueiro e Pertence, e de outro, Soares Barbosa – reconhecem que as preposições de estado e existência estão inicialmente ligadas a relações espaciais ou locais. Soares Barbosa, por sua vez, destaca que as preposições de estado e existência lidam com lugares de origem, transição e destino — como “d’onde”, “por onde”, e “aonde”. Isso reforça a ideia de que o uso das preposições, embora originalmente espacial, se estende para outros domínios, como o movimento e a ação.

Semelhanças no enfoque semântico

A semelhança mais forte, entretanto, entre os dois trechos reside na forma como os autores de ambas as obras destacam a origem espacial das preposições e a ideia de que estas expressam relações no espaço físico. Ambos mencionam que as preposições relacionam objetos e suas posições ou movimentos no espaço, embora Soares Barbosa forneça uma análise mais detalhada ao categorizar as preposições de acordo com suas funções semânticas de estado/existência e ação/movimento, devido aos motivos já mencionados anteriormente.

Além disso, tanto Vergueiro e Pertence quanto Soares Barbosa reconhecem que, com o tempo, as preposições podem passar a ter significados mais abstratos que vão além da simples localização física e espacial, algo que também se antecipa nas abordagens linguísticas mais modernas, como o funcionalismo e o cognitivismo, onde a *espacialidade se torna um ponto de partida para outras funções cognitivas e conceituais* (Abreu, 2010; Perini, 2024; Givón, 2012).

A comparação entre os dois trechos revela uma semelhança fundamental: os gramáticos reconhecem que as preposições surgem e têm sua origem em relações espaciais ou locais, expressando as posições de objetos no espaço físico. No entanto, Soares Barbosa faz uma análise mais refinada ao dividir as preposições em duas categorias principais (estado/existência e ação/movimento), enquanto Vergueiro e Pertence simplesmente abordam as preposições de forma mais genérica, sem explorar essa divisão. Até porque, como se disse anteriormente, trata-se de uma obra escolar, que trabalha de maneira mais elementar com os conceitos e as práticas linguísticas.

Essa divisão de Soares Barbosa antecipa, de forma precursora, a visão funcionalista e cognitivista de que as preposições podem desempenhar múltiplas funções no discurso, indo

além de sua origem espacial para expressar relações temporais, causais ou lógicas. Ambos os textos, de maneiras diferentes, sugerem uma compreensão da linguagem como um sistema dinâmico, onde as preposições evoluem para expressar uma variedade de significados que refletem a experiência humana do mundo físico e mental.

No entanto, o ganho, por assim dizer, do *Compendio de Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence está no fato de que seus autores apresentam recursos visuais altamente didáticos e extremamente avançados para a época, uma vez que trazem figuras que ajudam os leitores da gramática a terem uma noção espacial do uso das preposições. Vejamos.

Os recursos visuais de Vergueiro e Pertence no ensino da preposição

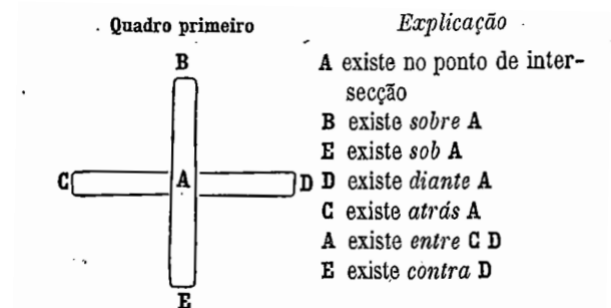


Imagem 3. Quadro primeiro. Explicação visual para o uso das preposições em Vergueiro e Pertence (1861, p. 103).

Análise do recurso visual e explicação

O recurso visual apresentado por Vergueiro e Pertence no primeiro quadro é uma estratégia didática para ensinar o uso das preposições de uma maneira mais concreta e visual. Ele permitia que os alunos compreendessem espacialmente a relação entre os elementos representados nos diagramas.

1. Uso de representação espacial
 - O diagrama mostra diferentes posições relativas entre as letras (A, B, C, D, E), o que facilita a compreensão de preposições espaciais.
 - O elemento “A” funciona como ponto de referência para os outros elementos.
2. Correspondência entre imagem e explicação

- A legenda explica a relação de cada elemento com “A” usando preposições como “sobre”, “sob”, “diante”, “atrás”, “entre” e “contra”.
 - Isso permitia que o aprendiz relacionasse diretamente as preposições com um contexto visual, reforçando o significado por meio da observação.
3. Facilidade para diferenciação de preposições semelhantes
- Algumas preposições podem ser confusas para estudantes, como “sobre” e “sob”. A representação gráfica ajuda a fixar melhor essas diferenças.
 - A relação “E existe contra D” pode sugerir um sentido de oposição espacial, um uso que pode ser explorado em exemplos concretos.
4. Aplicabilidade no Ensino
- Esse tipo de esquema pode ser útil ainda hoje para ensino de língua portuguesa como segunda língua ou para alunos que tenham dificuldades em abstrair conceitos gramaticais.
 - Pode ser expandido para outras preposições e contextos, como movimento e direção.

O recurso visual de Vergueiro e Pertence, a que denominamos *didático icônico* ou *visioespacial*, é um exemplo eficaz de ensino baseado em representações espaciais. Ele reforça não apenas a memorização das preposições de maneira intuitiva e prática, como também facilita a aprendizagem por meio da visualização das relações entre os elementos. Vejamos o próximo quadro:

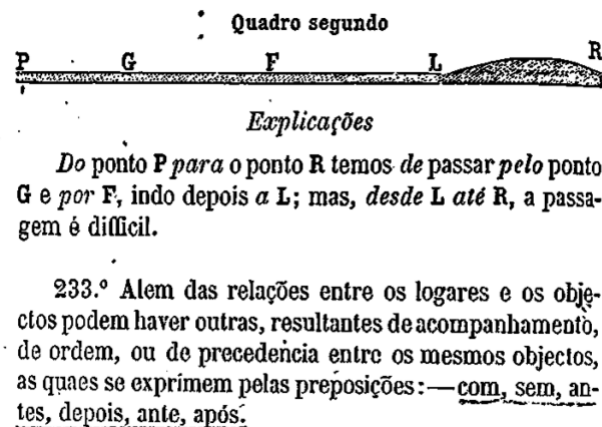


Imagem 4. Quadro segundo. Explicação visual e esquemática para o uso das preposições em Vergueiro e Pertence (1861, p. 104).

O segundo quadro apresentado por Vergueiro e Pertence é uma abordagem didática que representa visualmente o uso de preposições, particularmente as que indicam movimento, trajetória e relação temporal.

Análise do recurso visual e explicação

1. Uso de um esquema linear para indicar trajetória
 - O esquema ilustra uma trajetória do ponto P ao ponto R, passando por diversos estágios intermediários (G, F, L).
 - Esse tipo de diagrama facilita a compreensão de preposições que indicam deslocamento, como “para”, “pelo”, “por”, “a”, “desde” e “até”.
 - A menção à dificuldade do trecho “desde L até R” reforça como certos deslocamentos podem ser qualificados de diferentes maneiras.
2. Relação entre Preposições e Espaço
 - O uso de expressões como “para o ponto R” indica destino.
 - O uso de “pelo” e “por” reforça a ideia de passagem obrigatória por determinados lugares antes de alcançar o destino final.
 - “Desde L até R” enfatiza um ponto de partida e uma extensão espacial específica.
3. Extensão para relações temporais e de ordem
 - A explicação no parágrafo seguinte amplia a discussão para preposições que indicam relações de acompanhamento (“com”, “sem”), ordem (“antes”, “depois”) e precedência (“ante”, “após”).
 - Esse trecho sugere, portanto, que as preposições não se aplicam apenas a deslocamentos físicos, mas também a noções abstratas de tempo e hierarquia.
4. Aplicação didática
 - O diagrama visualiza um percurso real ou metafórico, tornando o conceito mais concreto para os aprendizes.
 - A combinação do gráfico com explicações textuais reforça o aprendizado por meio de múltiplas formas de representação (visual e escrita).

A abordagem visual e esquemática utilizada por Vergueiro e Pertence para ensinar preposições é eficaz por conectar conceitos linguísticos a representações espaciais e temporais. Esse método permitia que os alunos internalizassem melhor as relações expressas pelas preposições, tornando a aprendizagem mais intuitiva e acessível, conforme demonstrado acima.

A explicação por Vergueiro e Pertence sobre o uso analógico das preposições no 234º parágrafo demonstra ainda mais o que já viemos argumentando ao longo desta análise. Além disso, reforça igualmente a proximidade de suas ideias linguísticas com as de Soares Barbosa. Basta compararmos o que disse o gramático português, do passo já analisado anteriormente, com o que dizem Vergueiro e Pertence no seguinte trecho:

234.º Por analogia exprimem as preposições no espaço virtual, entre objectos immateriaes, relações semelhantes ás que exprimem no espaço physico, entre objectos materiaes. E assim dizemos:

O entendimento existe *n'alma*.

Deus *sobre* tudo. Christo padeceu *sob* o governo de P. Pilatos.

Fui-me *após* ou *atrás* meu erro. Recuei *ante* o crime.

Vi-me *entre* Scylla e Carybdes.

Contra a soberba está a humildade.

De Maio *a* Abril não ha que rir.

Explicação “cognitiva” *avant la lettre* para o uso das preposições em Vergueiro e Pertence (1861, p. 104).

A comparação entre os trechos de Vergueiro e Pertence (1861) e Soares Barbosa (1881 [1822]) revela uma continuidade na tradição da **gramática filosófica e sensualista** na forma de sistematizar as preposições com base em princípios lógicos, perceptivos e espaciais. No entanto, há diferenças na abordagem e no aprofundamento da análise das relações prepositivas.

Breve sumário das semelhanças entre os trechos

1. Classificação das preposições com base no espaço e no movimento

- Ambos os autores organizam as preposições a partir de uma **relação espacial**, dividindo-as entre aquelas que indicam **posição estática** (quietação) e aquelas que expressam **deslocamento** (movimento).
- **Vergueiro e Pertence** fazem essa distinção explicitamente, detalhando as relações espaciais:
 - **Quietação:** em, sobre, diante, atrás, entre, contra.

- **Movimento:** de (ponto de partida), per/por (trajetória), a/para/até (destino).
 - **Soares Barbosa**, por sua vez, afirma que a origem das preposições está na **relação entre objetos no espaço e no movimento dentro desse espaço**, sugerindo um princípio universal para sua estruturação.
2. **A analogia entre espaço físico e ideias abstratas**
- Ambos os textos indicam que as preposições, originalmente ligadas ao espaço físico, foram progressivamente adotadas para **expressar relações abstratas**.
 - **Soares Barbosa** destaca que essa transição ocorre de forma gradual, por meio da **analogia** entre os objetos materiais e as ideias, a ponto de algumas preposições adquirirem sentidos tão diferentes que sua origem espacial se torna imperceptível.
 - **Vergueiro e Pertence**, ainda que menos abstratos, também reconhecem esse fenômeno ao estruturar as preposições em categorias funcionais.

Breve sumário das diferenças entre os trechos

1. Abordagem didática versus abordagem filosófica

- **Vergueiro e Pertence** têm um tom mais didático e sistemático, organizando as preposições em classificações objetivas, o que facilita seu ensino. Eles mostram como as preposições se distribuem segundo estados de quietação e movimento, aplicando-as diretamente ao uso da língua.
- **Soares Barbosa**, por outro lado, tem uma abordagem mais **filosófica e teórica**, analisando a origem e evolução do significado das preposições ao longo do tempo. Seu foco é explicar **por que** as preposições podem expressar relações abstratas, mesmo tendo se originado no mundo físico.

2. Aprofundamento na evolução do significado das preposições

- **Soares Barbosa** preocupa-se em demonstrar como as preposições adquirem novos significados ao longo do tempo, muitas vezes se afastando completamente do sentido original.

- **Vergueiro e Pertence**, apesar de reconhecerem essa ampliação de sentido, não exploram profundamente esse processo de mudança semântica, concentrando-se mais na **aplicação prática** das preposições.

Podemos dizer então que *Vergueiro e Pertence aplicam, de maneira sistemática e didática, os princípios gramaticais que Soares Barbosa havia teorizado décadas antes. Enquanto Soares Barbosa busca uma explicação filosófica sensualista para o funcionamento das preposições e sua evolução semântica, Vergueiro e Pertence estruturam esse conhecimento em categorias mais acessíveis para o ensino da gramática.* Dessa forma, o primeiro fornece a **fundamentação teórica**, enquanto os segundos fazem a **aplicação prática e pedagógica** desse conhecimento.

Considerações finais

O texto aqui presente buscou apresentar, na primeira parte, o contexto de produção e recepção do *Compendio de Grammatica Portugueza* de Vergueiro e Pertence, publicado em 1861, na cidade de Lisboa, em Portugal. Demonstrou-se que se trata de uma obra de autores brasileiros que alcançou tanto a recepção positiva, de Machado de Assis e de alguns articulistas de jornais fluminenses de sua época, quanto a recepção negativa, como a de membros da comissão de Instrução Pública da época, em favor da gramática de Policarpo da Cruz, quanto a do gramático paulista Júlio Ribeiro, na época da publicação de sua gramática, em 1881. Na segunda parte, buscou-se apresentar uma nova historicização do *Compendio* de Vergueiro e Pertence, sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas e das Ideias Didáticas, na qual apresentamos a abordagem didática que a referida gramática deu à preposição. Ali, pudemos observar o quanto o *Compendio* de Vergueiro e Pertence tinha como horizonte de retrospectção a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerônimo Soares Barbosa, publicada originalmente em 1822. Partindo das noções racionalistas e sensualistas que Soares Barbosa deu à preposição, Vergueiro e Pertence, por sua vez, também trouxeram importantes novidades pedagógicas no ensino gramatical, um vez que se valeram de imagens e esquemas visuais para dar, à explicação e ao emprego da preposição, uma abordagem *avant la lettre*, que, em boa

parte, se identifica com a concepção contemporânea dos linguistas funcionalistas e cognitivistas.

Deste modo, ao descrever as preposições a partir de uma perspectiva percepto-visual, essa importante obra gramatical escolar já traz em seu corpo, conforme exposto ao longo deste artigo, não apenas a novidade expressa nas ideias linguísticas e didáticas de seus autores, mas também a demonstração, verificável através das demais fontes documentais por nós localizadas, de uma excelente adaptação de sua base: a *Gramática Filosófica*, o que consideramos suficiente para caracterizar as ideias gramaticográficas dos autores e situá-las em seu contexto de produção e circulação.

Referências

Fontes

ASSIS, Machado de. Crítica Literária. “Resenha ao *Compendio da Grammatica Portugueza*, por Vergueiro e Pertence”. In: ALENCAR, Mário de. *Machado de Assis. Critica Litteraria*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, 1942, p. 21-22 [publicado originalmente no Diário do Rio de Janeiro, 22/02/1862].

CONSELHO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA. Parecer do Conselho Geral de Instrução Pública pelo qual o Governo mandou adoptar a Grammatica Nacional de Caldas Aulete. Lisboa, 1874 [1ª ed. 1860].

CORREIO MERCANTIL. [Sobre o *Compêndio de Gramática Portugueza de Vergueiro e Pertence*]. Rio de Janeiro: ed. 281, 11 out. 1862, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/217280/21041>.

DECRETO Nº 4.584, DE 31 DE AGOSTO DE 1870. Concede á companhia que o Conde da Estrella e o Dr. Francisco Praxedes de Andrade Pertence organizarem, autorização para construir no porto de Santos, Provincia de S. Paulo, dôcas e outras obras de melhoramento no mesmo porto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4584-31-agosto-1870-553098-publicacaooriginal-70741-pe.html>

GAZETA DE NOTICIAS. *O Conselheiro Pertence*. Rio de Janeiro, ed. 217, 05 ago. 1886, p. 01. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/103730/per103730_1886_00217.pdf

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1881.

VERGUEIRO, Alfredo; ANTÔNIO; PERTENCE, Francisco P. Correspondências – A Grammatica Portugueza de Vergueiro e Pertence [continuação]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ed. 300, 30 out. 1862, p. 1-2.

VERGUEIRO, Alfredo Antônio; PERTENCE, Francisco P. A. *Compendio de Grammatica Portugueza acomodado ao uso das escolas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

Estudos

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o Pôrto do Café*. 1969. Tese (Livre Docência em Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969. Série A Biblioteca Geográfica Brasileira, n. 24. Rio de Janeiro: Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia.

ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *A Lógica ou a Arte de Pensar*. Tradução, apresentação e notas de Nuno Fonseca, col. «Textos Clássicos», Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2016.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas : EDUNICAMP, 1992.

AUROUX, Sylvain. “Les modes d’historicisation”. In : *Histoire Épistémologie Langage*, n°. 28, v. I, p. 105-16, 2006.

AUROUX, Sylvain. *A questão das origens das línguas seguido de A Historicidade das Ciências*. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joaquinho. Campinas: Editora RG, 2008.

BECHARA, Evanildo. Machado de Assis e o seu Ideário de Língua Portuguesa. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 35 e 36, p. 17-28, 2009.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Ver. Téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHO, Luísa. *O ensino do Português: como tudo começou*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CHERVEL, André. L’histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche. In: *Histoire de l’éducation*. n° 38, 1988. pp. 59-119. DOI: <https://doi.org/10.3406/hedu.1988.1593>.

CHERVEL, André. *Histoire de la grammaire scolaire*. ... et il fallut apprendre à écrire à tous les petits Français. Limoges: Lambert-Lucas, 2024 [1ª ed. 1977].

COLOMBAT, Bernard. « L’horizon de rétrospection du *Mithridate* de Conrad Gessner (1555). » In: KIBBEE, Douglas (ed.), *History of Linguistics 2005. Selected Papers from the tenth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS X)*, 1-5 September 2005, Urbana-Champaign, Illinois, Amsterdam-Philadelphia, Benjamins (SiHoLS 112), 2007, p. 89-102.

COLOMBAT, Bernard; FOUNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Marli Quadros Leite e Jacqueline León. São Paulo: Contexto, 2017 [1ª ed. em francês 2010].

CHISS, J.-L.; COSTE, D. Options pour une recherche d'articulations historiques entre sciences du langage, conceptions de l'acquisition et didactique des langues. In: *Histoire Épistémologie Langage*. tome 17, fascicule 1, Théories du langage et enseignement des langues (fin du XIXe siècle/début du XXe siècle), 1995, p. 7-17.

DAVIDSON, Thomas. *The Grammar of Dionysios Thrax*. St. Louis, Mo.: The R. P. Studley Co., 1874.

EDLER, Flávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Ensino Médico nas Conferências Populares da Glória (1873-1880). In: *Cadernos ABEM*, Volume 2, Novembro 2005, p. 13-14. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/med_brasil_sex_xx.pdf.

FILHO, Lycurgo de Castro Santos. *História Geral da medicina brasileira*. vol. 2. São Paulo: Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1977.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As Conferências populares da Glória: divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 1996, Feb;2(3):135–166. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000400007>.

GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha et al. São Paulo: Cortez; Natal: RN: EDUFRN, 2012.

HALLIDAY, M. A. K. *El lenguaje como semiótica social – la interpretación social del lenguaje y del significado*. Trad. Jorge Ferreira Santana. Santafé de Bogotá, D. C.: Fondo de Cultura Económica, 1998 [1ª ed. 1978].

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEITE, Marli Quadros; CAMPOS, Maria Inês Batista. Um convite à história das ciências da linguagem. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1–22, 2019. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v32i1p1-22. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/156857>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MACEDO, Joaquim Freire de. *Compendio de grammatica portugueza*. Colligido e Coordenado para Uso dos Alumnos D'instrução Secundario. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguez, 1862.

MELO BACELLAR, Bernardo de Lima e. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*. Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

MORAES, Jorge Viana de. Arte de grammatica portugueza (1816) de Ignacio Felizardo Fortes: a construção teórica sobre as figuras da syntaxe e as figuras da dicção. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras, [S. l.]*, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9425>. Acesso em: 2 mar. 2025.

MORAES, Jorge Viana de. *Unidade na diversidade: as ideias de Serafim da Silva Neto como subsídios para a constituição de uma teoria da variação linguística*, 2016. Tese de Doutorado em

Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. [Versão corrigida] Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23032016-131430/>>. Acesso em: 2016-09-20.

ORTIZ, José. *Novo systema de estudar a grammatica portugueza*, por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente. Victoria Typ. de Pedro Antonio d’Azeredo, 1862.

PEREIRA, Valéria de Araujo. *A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de Julio Moreira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-31072015-150208. Acesso em: 2021-02-13.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 3º Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou, Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 7ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881 [1ª ed. 1822].

SOUSA, Manoel Dias. *Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionais como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrever a sua própria Lingua, e a intelligência das outras em quiser instruir*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, anno de 1804.

SOUSA, Joaquim Alves de. *A Grammatica Nacional e a portaria que a impoz ás escholas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

SWIGGERS, Pierre. “Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos con referencia a la (historia de la) gramática española y francesa”. In. VILA RUBIO, Neus. (ed.). *Lengua, literatura y educación en la España del siglo XIX*, p. 15-37. Bern – Berlin: Peter Lang; Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 2012.

Recebido em: 05 de março de 2025.

Aceito em: 22 de abril de 2025.